



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS – GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A AÇÃO DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “ESCOLA
NOTA DEZ”**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria Aurinete da Silva Pantoja

**Fortaleza, CE, Brasil
2011**

**A AÇÃO DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “ESCOLA NOTA
DEZ”**

por

Maria Aurinete da Silva Pantoja

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Oséias Santos de Oliveira, Ms.

Fortaleza, CE, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Monografia de Especialização**

**A AÇÃO DO GESTOR FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DO
PROGRAMA “ESCOLA NOTA DEZ”**

elaborada por

Maria Aurinete da Silva Pantoja

**como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Oséias Santos de Oliveira, Ms. (UFSM/)
(Presidente /Orientador)

Prof. Reinoldo Marquezan, Dr. (UFSM)

Profª Neila Pedrotti Dabrach, Ms. (UFSM)

Fortaleza, 17 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me concedeu a bênção de realizar este sonho.

Ao meu querido esposo Amazonito e aos filhos Patrícia, Natanael e Priscila pela compreensão e apoio a mim dispensados.

Ao professor Oséias Oliveira pela dedicação e paciência com que me orientou.

Aos professores do curso de Gestão Educacional, por me proporcionarem o privilégio de ampliar meus conhecimentos nesta área.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A AÇÃO DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “ESCOLA NOTA DEZ”

AUTORA: MARIA AURINETE DA SILVA PANTOJA
ORIENTADOR: PROF. OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA
Fortaleza/CE, 17 de setembro de 2011.

O presente trabalho monográfico, de cunho qualitativo, embasado em um Estudo de Caso, foi desenvolvido com o objetivo de conhecer a teoria e a prática do Projeto Escola Nota Dez, desenvolvido no Estado do Ceará. Apresenta inicialmente questões que giram em torno das leis que regem a educação, tendo como base referencial a Lei de Diretrizes e Base – LDB n. 9.394/1996, a Constituição Federal/1988 e o Plano Nacional de Educação -PNE/2001. Em seguida, o enfoque investigativo volta-se para o objeto de estudo nesta monografia, ou seja, o Projeto Escola Nota Dez, encampado no Estado do Ceará o qual insere as escolas participantes em duas categorias: as Escolas Nota Dez e as Escolas Apoiadas. Como, no município de Fortaleza/CE, não existem unidades educacionais destacadas como Escolas Nota Dez, os processos metodológicos da investigação se dão a partir da análise de duas escolas Apoiadas, quando os gestores que a integram são ouvidos, na perspectiva de compreender como o projeto se desenvolve, quais as percepções dos sujeitos envolvidos e os resultados esperados. Após as investigações teóricas e diálogos efetivados com os sujeitos participantes desta pesquisa, pode-se concluir de que o Projeto em análise, instituído nas séries iniciais do ensino fundamental apresenta resultados parciais satisfatórios e poderia ser ampliado para as demais séries.

Palavras-chave: Educação Pública, Gestão Educacional, Projeto Escola Nota Dez.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A AÇÃO DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “ESCOLA NOTA DEZ”

THE SCHOOL ADMINISTRATIONS ROLE IN DEVELOPING THE PROGRAM
ESCOLA NOTA DEZ

AUTHOR: MARIA AURINETE DA SILVA PANTOJA

ADVISER: OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA

Data e Local da Defesa: Fortaleza/CE. 17 de setembro de 2011.

This monograph, the qualitative character, based on a case study was developed in order to know the theory and practice of the school project Escola Nota Dez, developed in the State of Ceará. Initially presents issues that revolve around the laws governing education, based on reference to the Law of Guidelines and Base - No LDB 9.394/1996, Federal/1988 the Constitution and the National Education Plan - PNE/2001. Then, the investigative focus turns to the object of study in this thesis, namely the school project Escola Nota Dez, embraced in the State of Ceará which inserts the participating schools into two categories: Schools and Dec Note Supported Schools. How, in Fortaleza / CE, there are no educational facilities as highlighted Note Ten Schools, the methodological processes of research are given from the analysis of two schools supported, when managers are part of the ear, from the perspective of understanding how the project develops, what the perceptions of individuals involved and the expected results. After the theoretical investigations and dialogues effected with the subjects in this study, it can be concluded that the project under review, established in the early grades of elementary school presents partial results satisfactory and could be extended to other series.

Keywords: Public Education, Educational Management, School Project Escola Nota Dez

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO: OS CONTORNOS DELIMITADOS NA LEGISLAÇÃO	10
1.1 - Sociedade, educação e democracia	13
1.1.1 A redemocratização brasileira e o modelo de Estado neoliberal.....	14
1.1.2 O contexto da educação pública exposto na legislação brasileira	16
1.2 A escola pública e seus desafios.....	19
1.3 - O Gestor e as políticas públicas na escola.	20
2 - Escolas Apoiadas e Escolas Nota Dez: Um projeto Desenvolvido no Ceará.....	22
2.1 Situações das escolas públicas cearenses: necessidade de proposta para o desenvolvimento educacional	25
2.2 As delimitações do projeto Escolas Apoiadas e Escolas nota dez.....	27
3– ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ESCOLA NOTA DEZ EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE FORTALEZ/CE INSERIDAS COMO ESCOLAS APOIADAS	30
3.1 Pesquisa de Campo	30
3.2 Percepção dos gestores sobre projeto Escolas nota Dez/ Escolas Apoiadas.....	30
3.3 Condições de inserção da escola na categoria Apoiada.....	32
3.4 Articulações entre as Escolas Nota Dez e Escolas Apoiadas e as contribuições para melhoria da qualidade das ações educativas e da aprendizagem.	33
3.5 Recursos financeiros e didático-pedagógicos e o atendimento de demandas e necessidades escolares.	35
3.6 Projeto Escola Nota Dez e meritocracia no ambiente escolar: O que pensam os gestores?.....	36
3.7 Articulação entre o Projeto Escola Nota Dez e outros projetos	38
3.8. Avaliação do SPAECE e da Prova Brasil: quais as contribuições para a melhoria da qualidade do ensino das escolas públicas?	39
3.9 Olhar investigativo sobre as escolas objeto da pesquisa: breves percepções da pesquisadora.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. ANEXOS	48

INTRODUÇÃO

No atual contexto da sociedade, fortemente marcado e influenciado pelas políticas públicas globalizantes e neoliberais, a função social da escola precisa ser revisitada. Neste sentido, o que se espera de uma escola de qualidade é que haja realmente aprendizagem, que esta atenda as necessidades da comunidade escolar. Do mesmo modo, a expectativa se amplia no que se refere ao desejo que os alunos devem manifestar em permanecer na escola e, através dela, construírem seus conhecimentos na mesma. Notadamente, verifica-se um envolvimento do poder público, em especial dos governos mais recentes, com uma preocupação em perseguir uma educação de qualidade. Fruto disto, percebe-se o investimento em políticas públicas e o desenvolvimento de programas voltados para a educação no âmbito federal, estadual e municipal.

Mesmo em meio a um cenário de desenvolvimento das políticas educacionais mais favoráveis, sabe-se que, nem todos os municípios têm conseguido efetivar um salto de qualidade. O Ceará tem sido um dos Estados brasileiros que apresenta nível de aprendizagem muito baixo e, buscando equacionar esta questão, o governo estadual lançou o Projeto Escolas Nota Dez para incentivar a alfabetização na idade certa.

Cabe salientar que todas as escolas do Ceará estão participando do projeto, e o município de Fortaleza, numa primeira análise, não obteve a nota desejada para inserção na condição de Escola Nota Dez. Com isto, as escolas públicas do Município de Fortaleza se enquadram na condição de Escolas Apoiadas, ou seja, contam com o apoio e orientação de Escolas Nota Dez em diferentes regiões do Estado. Frente a este quadro nada animador e, na qualidade de gestora envolvida com os processos educacionais e escolares, senti a necessidade de conhecer melhor o Projeto em sua teoria e prática. Identificando assim, o papel do gestor escolar na efetivação do mesmo, dentro das instituições e no âmbito do sistema de ensino.

As indagações que movem esta pesquisa acadêmica se pautam por questionamentos que podem ser assim delimitados: qual a origem e a proposta do Projeto Escola Nota Dez? Como se dá o apoio às escolas que fazem parte do

programa Escolas Nota Dez, em Fortaleza? Qual a disponibilidade de acompanhamento para as escolas apoiadas localizadas nesta capital? Quais os procedimentos metodológicos destas escolas para que consigam o acompanhamento pelas escolas Nota Dez? Qual o diferencial percebido no cotidiano das Escolas Apoiadas e em especial no quesito qualidade do ensino e da aprendizagem escolar?

O presente trabalho objetiva de modo geral: investigar a realidade educacional de duas escolas do sistema municipal de Fortaleza, caracterizadas no projeto Escola Nota Dez como escolas apoiadas, com o intuito de conhecer a teoria e a prática do referido Projeto nestas unidades escolares. De modo específico, pretende-se também observar o nível de aprendizagem dos alunos expostos nos mecanismos de avaliação externa, a dinâmica da Escola Apoiada e suas relações com a Escola Nota Dez que lhe presta assistência e orientação, as ações do gestor pedagógico das Escolas Apoiadas na efetivação do projeto.

No primeiro capítulo, discute-se as questões que giram em torno das leis que regem a educação a partir da Constituição Federal, centrando o foco de análise na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como na análise da proposta delimitada no Plano Nacional de Educação/2001(PNE).

No segundo capítulo, apresenta-se o Projeto Escola Nota Dez em desenvolvimento no Ceará, situando a proposta em sua organização, ou seja, as Escolas Apoiadas e as Escolas Nota Dez, de modo a perceber como funcionam e qual a importância do mesmo na aprendizagem dos educandos.

No terceiro capítulo pauta-se a perspectiva de análise na pesquisa e discussão de resultados da investigação. O *locus* da investigação se insere em duas escolas apoiadas localizadas no município de Fortaleza, uma vez que pelos mecanismos de avaliação aplicados, este município não teve índices suficientes para a classificação de Escolas Nota Dez.

1 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO: OS CONTORNOS DELIMITADOS NA LEGISLAÇÃO

O povo brasileiro tem sido um povo explorado desde a sua formação, sendo que os colonizadores manifestavam uma única preocupação que se traduzia em extrair a riqueza do país de modo a favorecer a coroa portuguesa. Desde então, inúmeras tentativas de exercício de cidadania foram buscadas, alternando períodos de favorecimento democrático com tempos de censuras e silenciamento, fruto de ditaduras civis - militares. Entretanto, de modo geral, os brasileiros ainda não aprenderam a exercer sua cidadania e participar de decisões públicas, seja na reivindicação de seus direitos ou na definição dos rumos políticos da nação.

Nas questões educacionais, os colonizadores não tinham interesse pela educação, porque o objetivo era manter a distância entre as classes sociais dominantes e as dominadas. A educação no Brasil colônia era monopolizada pela igreja católica através dos Jesuítas, que transmitiam a cultura europeia aos brasileiros, restringindo e, de modo muito eficaz, minimizando a cultura local de base indígena. Com a chegada da família real, houve a intervenção do estado, mas ainda assim o ensino pretendia atender somente a elite luso-brasileira. Em períodos posteriores, com o Império, a educação passa a figurar na primeira Constituição brasileira de 1824, preconizando em um de seus artigos a educação pública e gratuita, a ser ministrada pelas províncias e municípios. Contudo, não se criam nessa época, as condições mínimas para que tal aconteça e o ensino público continua a ser reducionista e pouco se desenvolve.

O advento da República, em 1889 vem trazer uma aspiração de ensino que se quer: dinâmico e próximo da realidade republicana, de formação cidadã e reacionária. Observa-se, porém, que estes ideais são abandonados logo no início da Primeira República, sendo esta característica de desfavorecimento da educação brasileira, percebida, também, na chamada Segunda República. A partir dos anos 1930, os movimentos em prol da educação pública e laica, gratuita e de qualidade começam a ganhar uma dimensão que extrapola o simples referenciamento legal e se traduzem em engajamento, por exemplo, dos Pioneiros da Educação nova (1932). Tal movimento produzirá, ao longo das décadas seguintes, um amplo debate

sobre os rumos e condições da educação brasileira, o que ainda hoje se efetiva, seja na atual legislação educacional, seja nos discursos didático-pedagógicos e políticos em prol de um ensino de qualidade.

O período nacionalista brasileiro traz consigo forte influência do movimento em prol da educação. Conforme manifestam Oliveira et al (2010, p. 42):

A implantação do capitalismo industrial no Brasil, a partir de 1930, determinou uma nova organização das relações sociais, econômicas, políticas e estruturais, como a ampliação do papel do Estado e, posteriormente, do capital nacional, de modo a estabelecer um desenvolvimento econômico, social e político aos moldes dos países desenvolvidos, porém com independência ao capital internacional. Dessa maneira surgem novas exigências educacionais e novos comprometimentos que vão delimitar as políticas para a educação brasileira.

Disto decorre a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – LDB nº 4.129/1961, que será posteriormente reformulada pela lei nº 5.692/1971, com vista a adequar o perfil educacional nos moldes do período da ditadura que se instaura no Brasil na década de 1960. Neste ínterim, ocorre um retrocesso democrático quando o cerceamento dos direitos de expressão e das liberdades individuais e coletivas se torna um empecilho à participação cidadã.

Neste enfoque Oliveira et al (2010, p.45) afirmam que

Sob égide da repressão, a sociedade clama por liberdade e democracia. Este é um fator importante para os rumos da educação no processo de abertura do início da década de 1980, preparando o país para elaboração e consolidação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional

Nas últimas décadas, porém, verifica-se uma preocupação mundial, pelos mais diversos motivos que envolvem as potências centrais e seus interesses a fim de moldar as nações periféricas aos ditames econômicos, ou mesmo com vista ao atendimento de demandas políticas, sociais e culturais. Neste contexto delimitado pela chamada globalização ocorre, em 1990, a Conferência Mundial de Educação em Jomtien/ Tailândia, para tratar sobre a educação para todos no século XXI. Em 2000, se reuniram cento e sessenta e quatro países para avaliar os progressos desde a conferência de Jomtien. O documento originário do Fórum de Dakar, firmado entre os países participantes deste grande encontro mundial foi apresentado na forma do Marco de Ação de Dacar que propõe seis metas a serem alcançadas por todos os países signatários, dentre eles o Brasil.

As metas assumidas no Marco de Ação de Dakar sinalizam para os seguintes objetivos, assumidos como compromissos coletivos das nações:

- I. Expandir e melhorar o cuidado da educação e da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- II. Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso a educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
- III. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada à habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- IV. Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo a educação básica e continuada para todos os adultos;
- V. eliminar disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
- VI. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos os resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida (FORUM DE DACAR, 2000).

De acordo com o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos, (BRASIL, 2008) o país ainda não alcançou um resultado satisfatório em relação a aprendizagem. O governo, para atender as propostas definidas na esfera mundial, tem investido na educação, a partir de estabelecimento de políticas públicas, visando um ensino de qualidade. Para isso, vem promovendo programas que viabilizem a aprendizagem das crianças, dos jovens e adultos, no âmbito federal, estadual e municipal.

Inúmeras ações têm sido desenvolvidas a partir do ano 2000, como por exemplo, a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2001, o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, em 2007, e outras adequações a legislação educacional, como a ampliação do ensino fundamental e da escolaridade obrigatória, atenção mais focada na educação infantil e na educação especial, no ensino técnico e profissional e na educação de jovens e adultos.

Em 2010, houve a Conferência Nacional de Educação - CONAE, que teve como tema, Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégia de Ação. A referida conferência, que foi precedida de outras conferências municipais, estaduais e distritais, teve como objetivo a mobilização social da educação. Segundo Dourado (2011) o atual PNE mesmo definindo metas para a educação, indicando grandes desafios, mostrou-se um plano

formal que ficou marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento. Como fruto desta conferência encontra-se em discussão o novo Plano Nacional de Educação, que após aprovação terá vigência no período compreendido entre 2011-2020.

Como o PNE/2001 tornou-se pouco operacional, o que se espera do novo PNE/2011 é que se contribua para que o Brasil alcance o objetivo de oferecer educação de qualidade a sua população, sendo necessário para tal que sejam implantadas:

Políticas de educação Estado, que tenha como substrato a solidariedade compreendida também como a capacidade de os beneficiários cobrarem do poder público essa escola de qualidade e, do Estado brasileiro, por meio dos seus diferentes atores, o aumento dos recursos destinados à educação. Neste cenário, é fundamental que o financiamento seja articulado à gestão (SAMPAIO, 2011, p.65).

Esta é uma grande expressão da democracia na área educacional, pois houve uma grande representação e envolvimento do governo e bem como toda a sociedade civil, o que propiciou a participação de todos os segmentos da sociedade,

1.1 - Sociedade, educação e democracia

Na visão de Paro (1999) a sociedade é formada de acordo com o meio de produção. Na sociedade primitiva, cada um produzia o que fosse necessário para sua sobrevivência. Na sociedade feudal, a igreja católica tinha o domínio e ensinava que a vida após túmulo era mais importante do que na vida terrena e o importante era ter o sustento necessário. Somente os grupos dominantes levavam vantagens nesta situação. Na sociedade capitalista cada pessoa quer ganhar mais do que a outra. O individualismo e o consumismo se destacam. A classe dominante através de diferentes mecanismos trabalha para que sua ideologia seja o interesse de toda a população através da mídia.

A ideologia ou concepção de mundo da classe dominante apresenta-se concretamente sob diversos graus qualitativos: no mais alto nível, acha-se a filosofia, no mais baixo, o folclore, e, no nível intermediário, a religião e o senso comum (PARO, 1996. p.88).

A democracia é de suma importância para a sociedade, por garantir a soberana vontade do povo. Num país democrático o povo elege seus representantes

e participa das decisões políticas do mesmo. Na educação não seria diferente. Uma gestão escolar democrática possibilita os pais a participarem da educação de seus filhos, bem como das decisões a serem tomadas na escola.

Gadotti (2000), comentando o pensamento de Aristóteles sobre educação diz que “A educação tem por finalidade o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, potencialidades estas que preexistem no homem, bastando atualizá-las e colocá-las em ato” (GADOTTI, 2000, p. 57).

Sobre democracia, o filósofo Bernardo Toro, 2002, em entrevista à revista Nova Escola, define-a “como o regime em que as leis e as normas são elaboradas pelas mesmas pessoas que vão obedecê-las”. Para ele, os professores devem fazer acordo com os alunos para definir qual o melhor comportamento, porque quando a pessoa participa da elaboração das normas, fica mais fácil segui-las.

Najar e Ferreira em seu artigo Gestão e cotidiano da escola pública: cinco questões atuais. Afirmam que a gestão democrática não se restringe apenas a eleição de diretores, e sim a uma participação mais ativa e permanente de toda a comunidade escolar. Para eles, a formação constante de cidadãos caracteriza uma gestão democrática.

1.1.1 A redemocratização brasileira e o modelo de Estado neoliberal

A redemocratização do Brasil teve como marco a queda da ditadura militar. A lei da Anistia, em 1975, aprovada pelo então presidente Figueiredo foi um avanço na redemocratização, pois trouxe de volta os exilados políticos, dando-lhes liberdade de exercer seus direitos políticos.

Contudo, Nogueira e Chauí,(2006), autores do texto: Pensamento Político e Redemocratização do Brasil, não se pode dizer precisamente o período em que começou e terminou a redemocratização, pois os

Processos de redemocratização a rigor não tem data para começar e terminar, como sabemos. Fazem-se sem separações rígidas de um “antes” e um “depois”, e são seguramente particularidades pelas condições concretas que se transcorrem” (NOGUEIRA, CHAUI, 2006, p. 206).

Para os autores referidos, o Brasil se tornou um país democrático, mas a democracia ainda não alcançou a sua plenitude apesar dos avanços. A sociedade ainda não deixou de ser desigual.

Por causa de uma crise econômica do sistema capitalista de produção surge o neoliberalismo reduzindo a ação do Estado no âmbito econômico e social. O Estado, neste caso, só investe nas áreas em que a iniciativa privada é incapaz ou não se interessa em investir, mas que são prioritárias para o desenvolvimento econômico e são: energia, transporte, bens de capital e serviço e social. No Brasil o neoliberalismo chega a partir da década de 1970, porém com força e ímpeto se instala nos idos dos anos 90 neoliberalismo é uma ideologia política em que minimiza a ação do estado na economia. Para LOPES em seu artigo: As influências do modelo neoliberal na educação, na concepção do neoliberalismo, a educação deixa de atuar como campo social para fazer parte da economia e satisfazer os anseios dos líderes mundiais. Sendo assim, os alunos e seus respectivos pais passam a serem vistos como potenciais consumidores.

Como a escola é um meio de transmissão de saber sistematizado, o neoliberalismo aproveita para transmitir sua ideologia. Neste sentido, a discussão efetivada por Oliveira e Drabach (2009), p.03) apontam que “a gestão educacional brasileira, passa a ser concebida com o intuito de proporcionar um novo modelo de gestão, de acordo com as recentes exigências da mundialização da economia e da atual configuração do Estado”.

Ainda os autores citados percebem que:

A necessidade de repensar a gestão educacional, imprimindo-lhe características de qualidade é apresentada na Constituição Federal de 1988, que prevê mecanismos para tornar a educação um direito de todos. No artigo 6º da Carta Magna insere a educação como um dos direitos sociais e no artigo 205 preconiza ser ela direito de todos. Cabe salientar que este princípio está atrelado ao princípio de igualdade de todos perante a lei. Porém na totalidade da atual sociedade, as diferenças de oportunidades são marcantes, pelas disparidades econômicas, pelos desníveis de acesso aos bens culturais e de informação e especialmente pela possibilidade, ainda limitadas, de inserção do cidadão no mundo de trabalho. Assim, mesmo que o intuito da lei seja de promover a igualdade, é possível perceber que o mecanismo da democracia, ao não considerar as contradições e desigualdades sociais, acaba por tratar igualmente os desiguais (OLIVEIRA; DRABACH, 2009, p. 03-04).

Como o processo de globalização e a proposta neoliberal andam juntos, ambos impõem uma economia competitiva entre os países, trazendo como

conseqüência o desemprego, a pobreza, exclusão social e uma disparidade entre as classes sociais. Com a globalização não há limites de compra, de trabalho, do mercado nem de comunicação. Tudo pode ser comercializado em qualquer parte do mundo. Os diferentes países podem consumir os mesmos produtos e aderir aos mesmos valores. Se os valores culturais, econômicos e sociais seguem o mesmo padrão, com a educação não seria diferente. A educação, então, deve se adequar aos valores impostos pela globalização para atender aos interesses capitalistas internacionais.

1.1.2 O contexto da educação pública exposto na legislação brasileira

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (9.394), LDB, de 20 de dezembro de 1996, é a lei que rege a educação brasileira desde então. A LDB, assim como a Constituição Federal, responsabiliza os pais e o Estado pela educação das crianças. Ambas apresentam como objetivo da educação formar cidadãos conscientes dos seus deveres. Dando prioridade aos princípios e fins da educação nacional da LDB, transcrevo-os a seguir:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço a tolerância;
- V – Coexistência das instituições públicas e privadas do ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- valorização do profissional da educação;
- VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Igualdade de condições inclui todas as pessoas que desejam estudar independente de raça, etnia, condição social ou necessidade especial, todos tem o mesmo direito de estudar. Podemos dizer que a inclusão está baseada neste princípio. Uma das políticas públicas do governo é a Educação Inclusiva na qual houve resistência de muitos educadores por não estarem preparados para receberem em sua sala de aula alunos com necessidades especiais. Para Mantoan, é necessário estudarmos as desigualdades, as diferenças para estabelecermos uma inclusão com sucesso. “A inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma

de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular” (MANTOAN, 2008 p.16).

Na prática, podemos ver, que nem todas as pessoas tem igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Pois a desigualdade social, vista por todos, se demonstra entre estudantes das classes trabalhadoras e as crianças de um nível social mais alto. Para a permanência do aluno na escola, o governo tem implementado o programa Bolsa Família, mesmo assim, sabe-se da existência de pais de alunos que sem reconhecerem o valor da escolaridade, retiram os filhos da escola com lamentável perda para toda a sociedade.

Em pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço a tolerância, na prática, nem sempre os estudantes podem expressar suas idéias. Ainda existem muitas escolas com um discurso democrático, mas que as pessoas que fazem a escola só precisam executar as diretrizes sem questionar, principalmente os alunos que estão na sala de aula apenas para ouvir o que o professor diz e responder suas perguntas dentro do conteúdo dado.

A valorização do profissional da educação tem sido mínima, porém atualmente temos visto um avanço porque os professores estão com maiores oportunidades de participar da formação continuada. Mesmo assim ainda reclamam os baixos salários, fazendo greves para reivindicar melhores condições de trabalho de valorização, o que provoca, de outro lado, um atraso no processo de aprendizagem dos estudantes. Os professores em geral, precisam trabalhar três expedientes para poderem sustentar a família, não tem condições de planejar uma aula atraente e prazerosa, tanto para ele como para o aluno. Demo, 2008, falando sobre a remuneração dos professores, relaciona o baixo desempenho dos estudantes aos baixos salários dos docentes, mesmo que esta não seja a única razão. Em seu entendimento, há duas maneiras de cuidar bem dos professores: uma boa remuneração e educação continuada. Afirma o autor que o

Professor não pode ser “excluído”, porque indicaria em sua própria forma de vida que educação não teria maior sentido. É fundamental que possa participar da sociedade condignamente, ter computador e internet adequados, manter biblioteca pessoal, participar de movimentos acadêmicos para sua formação permanente, morar e consumir bem. Outro argumento é que sendo educação fator central para melhoria de rendimento da população trabalhadora, torna-se incongruente manter os docentes presos à seleção negativa do trabalho. O mercado não poderia rebaixar

precisamente aquela figura responsável, em boa medida, pela melhoria salarial (DEMO, 2008, p.47).

No que refere a Gestão democrática do ensino público destaca-se o papel do gestor que deve trabalhar de maneira colaborativa e democrática para que todos participem das atividades e decisões da escola. Nem sempre esta democracia é verdadeira. Ainda existem gestores autoritários que usam a gestão democrática apenas no discurso.

Garantia de padrão de qualidade para todos que fazem a escola deve contribuir para que exista uma educação de qualidade. O gestor, então, tem um papel importantíssimo nesta área, sendo que dele se espera todo apoio.

O princípio da valorização da experiência extra-escolar explicita que o professor deve levar em conta o saber que a criança já traz de casa. Todas as crianças já chegam na escola com algum conteúdo importante que aprendeu com a vida em casa ou na rua, por onde anda.

Ainda no que se refere à vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, a escola não pode se isolar da sociedade porque ela faz parte da mesma. O ensino aprendizagem deve estar vinculado ao cotidiano do aluno.

O Projeto de Lei do Poder Executivo nº 8035. De 2010, ainda em discussão com a sociedade e governo, trata de articular o Novo Plano Nacional de Educação, PNE, referente ao decênio 2011-2020, estabelece metas para a educação a serem cumpridas no âmbito federal, estadual e municipal. O referido plano prevê para o decênio as diretrizes transcritas a seguir:

I- Erradicação do analfabetismo; II – Universalização do atendimento escolar; III – Superação das desigualdades educacionais; IV – melhoria da qualidade de ensino; V – Formação para o trabalho; VI – Promoção da sustentabilidade sócio ambiental; Promoção humanística, científica e tecnológica do país.VIII – Estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX – valorização dos profissionais de educação; X – difusão dos princípios de equidade, do respeito a diversidade e a gestão democrática da educação.(BRASIL,2010)

Diante destas diretrizes o gestor escolar enfrenta muitos desafios para fazer cumprir no âmbito escolar a parte que é de responsabilidade da instituição. Mesmo que todas as diretrizes do PNE perpassa pela responsabilidade da Gestão Educacional, em nível sistêmico, sem o trabalho dos que fazem a escola elas não

serão efetivadas. Cabe ao gestor, articular a comunidade escolar dando apoio aos docentes no seu fazer pedagógico. O gestor escolar não deve se limitar apenas ao trabalho administrativo, mas também ao pedagógico para que os professores se sintam apoiados e seguros para realizarem seu trabalho. O gestor precisa conhecer a legislação do país concernente a educação para que possa realizar seu trabalho na instituição em que está lotado junto com a comunidade escolar. As diretrizes acima citadas só serão efetivadas quando a valorização do profissional de educação for cumprida. Como já foram citadas as demandas dos professores, precisam ser supridas

1.2 A escola pública e seus desafios

Uma escola de qualidade na visão do Ministério de Educação e Cultura (MEC), 2006, é uma escola que tem como principal preocupação a aprendizagem do aluno, tem profissionais com formação adequada, conta com material pedagógico apropriado e instalação em boas condições de uso. Além disso, deve ser uma escola democrática em que os pais possam participar das decisões da escola e da educação de seus filhos.

Escola neste padrão existe no Brasil, mas ainda não é a maioria. Quando tem boas instalações faltam profissionais preparados. Sempre falta algo importante para que a escola funcione dentro dos padrões. Os profissionais reivindicando melhores salários entram em greve, ficando os alunos um mês ou dois sem aulas, e quando voltam às aulas estão desmotivados, sem contar que já esqueceram muito conteúdo estudado.

Para Libâneo,(2003),a escola não pode ser isolada de outros contextos sociais, mas precisa estar em consonância com o mundo econômico, político e cultural e lutar contra a exclusão social.

A escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural, pedagógica (LIBÂNEO, 2003.p.40).

Ele ainda diz que há funções que não pertencem a nenhuma outra instância e sim a escola. Mesmo assim a educação não é exclusividade da escola porque acontece em vários lugares, com família, meios de comunicação e outros.

Os gestores, assim como todos os educadores enfrentam, diariamente, inúmeros desafios para que possam construir uma escola com qualidade no ensino. Dentre os desafios enfrentados numa escola pública encontram-se os seguintes: Proporcionar um ensino e aprendizagem de qualidade, de maneira que as crianças aprendam a ler e escrever fluentemente; garantir o acesso e permanência dos alunos na escola, uma vez que há muitos fatores que levam a evasão escolar; Aproximar os pais da escola e conseguir a sua participação diante da correria que o contexto atual da sociedade oferece. Fazer cumprir as diretrizes da Secretaria de Educação e demais órgãos públicos referente a educação.

Assim, a escola está vinculada a uma administração central, com dever de atender a todas as obrigações legais, funcionais, operacionais e de ordem hierárquica que lhe cabem, como especifica o direito administrativo (PROGESTÃO módulo VI, 2001. p.17).

De acordo com a realidade de cada unidade escolar, existem diferentes desafios a serem enfrentados, mesmo que as diretrizes sejam iguais para todos, cada unidade tem suas especificidades no cumprimento das normas.

1.3 - O Gestor e as políticas públicas na escola.

Dentre os programas de governo contemplados pela escola pública desenvolvidos pelo MEC, destacam-se os seguintes: Programa Dinheiro Direto na escola – PDDE. Trata-se de um recurso que as escolas de ensino fundamental estadual, municipal e distrital recebem anualmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. Este recurso é utilizado pela própria escola junto ao Conselho Escolar, na aquisição de bens, aquisição de materiais de consumo necessários a escola, de acordo com as normas estabelecidas. O valor é baseado no número de alunos; Programa Nacional de Saúde Escolar- PNSE que oferece aos alunos oftalmologistas e aquisição de óculos. Programa nacional do Livro Didático – PNLD que garante ao aluno livros didáticos e para-didáticos, além de dicionários. Programa Nacional da Biblioteca Escolar PNBE - tem como objetivo incentivar o hábito de leitura. Programa Saúde na Escola – PSE que oferece aos alunos tratamento médico e odontológico, além de atividades educativas em relação

a saúde. Programa de Desenvolvimento da Escola – PDE através deste programa os educadores podem traçar metas e ações a serem desenvolvida na escola com o recurso oferecido. Todos estes programas oferecem certa “autonomia” às escolas, mas tem que seguir as normas estabelecidas pelo sistema de educação.

Diante de tantos programas além de outros que não foram citados, o gestor tem um papel importante na efetivação dos mesmos por ser o articulador das ações diante da comunidade escolar. Ele é chamado a prestar contas de todo os recursos oriundos dos programas de governo, mostrando transparência em todas as negociações feitas na escola com tais recursos. Estas prestações de contas devem ser feitas tanto perante a Secretaria de Educação, como perante a comunidade escolar.

É importante o gestor investir no aluno sabendo que ele pode se desenvolver e se tornar autônomo. Tanto o gestor como os professores precisam deixar a visão tradicional de ensino em que o aluno era apenas um receptor de informações e adotarem uma visão em que o aluno constrói o seu próprio conhecimento através da mediação do professor.

O gestor que se preocupa com a aprendizagem dos alunos, procura junto com os professores estratégias para que as aulas se tornem significativas, levando em consideração a realidade de cada aluno. Ele participa do planejamento junto com os docentes para traçarem metas e ações que levem a uma aprendizagem vivenciada e duradoura. O gestor escolar é um líder que tem uma visão geral da escola. Portanto, o papel do gestor é incentivar e apoiar os docentes e toda a comunidade escolar para que a escola seja agradável aos alunos.

2 - ESCOLAS APOIADAS E ESCOLAS NOTA DEZ: UM PROJETO DESENVOLVIDO NO CEARÁ

O Estado do Ceará, desde o início das avaliações em larga escala, concebidas através de avaliações estipuladas no âmbito nacional e estadual, vem apresentando um quadro preocupante em relação ao analfabetismo. Como o governo federal deu liberdade aos Estados e Municípios para criarem seus próprios mecanismos de avaliação, em 1992 foi criado o sistema de avaliação do Ceará denominado de: Avaliação de Rendimento Escolar dos Alunos de 4ª e 8ª séries. Posteriormente este nome foi reformulado ficando sob nova denominação conhecido como: Avaliação da Qualidade do Ensino. Contudo várias modificações e aperfeiçoamentos ocorreram ao longo do processo e sua denominação atual é definida por Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

Esta avaliação continua sendo aplicada aos alunos das 4ª e 8ª séries, e atualmente 5º e 9º anos e investiga as competências e habilidades dos alunos do ensino fundamental, nas disciplinas de Português e Matemática. Em 2003/2006 o SPAECE se tornou mais abrangente incluindo também o 3º ano do Ensino Médio das escolas estaduais e das municipais que possuíssem mais de vinte e cinco alunos nestas séries. Os testes elaborados seguem orientação dos Parâmetros curriculares Nacionais – PCN, elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC e dos Referenciais Curriculares Básicos – RCB da Secretaria Estadual do Ceará (SEDUC). Além dos testes de conhecimento, são aplicados questionários com o objetivo de analisar o nível sócio-econômico dos alunos, bem como o perfil dos professores e gestores. Assim a avaliação se estende à escola como um todo.

O SPAECE tem se destacado no estado por apresentar um diagnóstico da situação da educação, mobilizando assim o governo para políticas públicas voltadas para alfabetização, pois constatou – se através das avaliações do SPAECE e de outras avaliações a nível nacional, que muitos alunos chegavam a 5ª série do ensino fundamental sem saberem ler, ou seja: analfabetos ou analfabetos funcionais. Este sistema de avaliação mobilizou também os profissionais da educação para um redimensionamento na prática pedagógica, bem como o governo cearense que

buscou implementar políticas públicas voltadas especificamente para o ensino Fundamental.

Em 2004 foi instituído pela Assembléia Legislativa do Ceará, o comitê cearense para eliminação do analfabetismo escolar, em parceria com a UNICEF, União Nacional dos Dirigentes Municipais de educação (UNDIME/CE), Instituto Nacional de Pesquisa Anízio Teixeira (INEP) e a Secretaria de Educação do Ceará - SEDUC . Juntamente com as universidades do Ceará o comitê realizou a pesquisa e coletou entre outros, os seguintes dados: Somente 15% dos alunos conseguiam ler e compreender pequenos textos. O currículo das universidades de Educação não contemplava o professor alfabetizador. Os professores além de não ter uma boa metodologia de alfabetização desperdiçavam o tempo da aula com cópias abusivas.

Em 2005 foi criado o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, através do Comitê Cearense com a participação de sessenta municípios. Em 2007 o governo juntamente com a Secretaria de Educação do Ceará -SEDUC decide fortalecer o Programa com o apoio de 184 municípios. Neste mesmo ano, o governo sentindo a necessidade de uma avaliação específica da alfabetização, criou o SPAECE-Alfa, que avalia os alunos do 2º ano do ensino fundamental.

Através das avaliações foram detectados sérios problemas de alfabetização no ensino fundamental. Diante destes problemas, tem sido implementadas várias ações de melhoria da educação, dentre elas, o já citado Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, que teve como intuito, alcançar elevado índice de aprendizagem, e aprimorar a alfabetização, tendo como público alvo crianças de seis e sete anos, com vistas a Proporcionar assim, sucesso na alfabetização.

Segundo a professora Izolda Cela,2009,p.08, Secretária de Educação do Estado do Ceará, em mensagem ao professor(a) alfabetizador (a),na Proposta Didática Para Alfabetizar Letrando, quando a criança tem os primeiros contatos com a língua escrita, já se inicia o processo de alfabetização, firmando-se no final das séries iniciais do Ensino Fundamental, quando a criança já lê fluentemente. No final do 1º ano a criança já tem possibilidade de ler pequenos textos, sendo necessário que tenha um bom ensino e professores que demonstrem confiança na sua capacidade de aprender. Este é o objetivo do Programa, que as crianças aprendam

a ler na idade certa. A alfabetização na idade certa é de grande importância, pois a criança terá mais possibilidade de alcançar sucesso nos estudos.

Na visão de Cagliari, 1992, p.9 uma das causas da evasão escolar é a deficiência em alfabetização. Os alunos vão sendo promovidos sem o domínio da leitura e da escrita e, ao se depararem com grandes textos, desanimam e abandonam a escola. Para Motarti, 2006, p.56 existem diversos motivos pelos quais as crianças não são alfabetizadas: sistema de ensino, problemas com aluno de cunho social, familiar ou de saúde, o professor, políticas públicas, material didático, e métodos pouco adequados. Ela discute ainda que atualmente se fala mais em letramento do que em alfabetização. Enquanto letramento é um “Conceito que envolve os usos e funções sociais da língua escrita, mais do que apenas decodificar gráfico.” REVISTA NOVA ESCOLA 2006, p.56.

Entretanto, como a própria proposta do PAIC apresenta, alfabetização e letramento são simultâneos. A inserção da criança na cultura letrada – letramento e no sistema alfabético se dá ao mesmo tempo. Entende-se ainda, a partir das definições do PAIC, que para haver uma boa alfabetização, é necessário uma boa preparação dos docentes.

O PAIC apresenta os seguintes eixos: a) Avaliação externa, através do SPAECE-Alfa. b) Gestão de Educação Municipal, que tem como objetivo o fortalecimento institucional dos sistemas municipais de ensino, focalizando um bom resultado no ensino aprendizagem. c) Alfabetização, que tem como objetivo implementar uma proposta de alfabetização e letramento para todas as escolas públicas do Ceará. d) Educação Infantil, que deve ser prioridade para a educação, por ser à base de toda formação da criança. e) Formação do leitor através de aquisição de acervo para as bibliotecas no nível cognitivo das crianças, dando assim oportunidade as mesmas a terem acesso aos livros. Como referenda o documento, uma boa alfabetização pressupõe uma preparação também eficiente dos alfabetizadores. O PAIC propõe educação continuada aos professores, encontros presenciais, onde os professores participam de oficinas, palestras, seminários e também fazem o planejamento de todas as suas atividades pedagógicas.

A metodologia do Programa é interativa de maneira que a criança ao aprender, interage com os colegas e professores. Lúcia Lins Browne Rego, 2006, p.56, em entrevista à revista Nova Escola, afirma que: “as crianças se apropriam da linguagem escrita em contato com diferentes gêneros textuais. Por meio de interação com adultos alfabetizados”. A teoria epistemológica da proposta do Programa é construtivista sociointeracionista, tendo em vista que trata o aluno como sujeito capaz de construir seu próprio conhecimento.

Na concepção de Andrade,

A aprendizagem se dá, portanto, de forma interativa, surge da e na interação dos alunos com os conteúdos. Especialmente na escola, a aprendizagem acontece ou apresenta-se na interação como (a) professor (a), com os colegas, com os conteúdos inseridos nos instrumentos didáticos (ANDRADE, 2009, p.16).

O programa desenvolvido no Estado do Ceará oportuniza que os alunos recebam livros didáticos e paradidáticos específicos do programa. Os professores por sua vez, também recebem material de apoio pedagógico para subsidiar sua prática educativa. Os livros didáticos do PAIC apresentam assuntos que são familiares às crianças, tais como família, corpo, histórias conhecidas que tem significado para os alunos. Esta metodologia proporciona às crianças uma aprendizagem prazerosa incluindo músicas, jogos, desenvolvendo assim a criança de maneira plena. Este material para o ensino do 1º ano é igual para todos os municípios e recomenda-se que não seja modificado. Já o material do 2º ano também é igual para todos os municípios, mas os professores tem autonomia para alterações necessárias. A avaliação é feita pelos professores em sala de aula e também pelo Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização, SPACE-Alfa. Esta avaliação é anual, externa e censitária, isto é: avalia todas as escolas e todos os alunos do 2º ano da educação básica do Estado. Possibilita ainda comparações com os resultados da Prova Brasil, feita pelo governo federal.

2.1 Situações das escolas públicas cearenses: necessidade de proposta para o desenvolvimento educacional

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2010), o Ceará, situado na região Nordeste, tem uma população de 8.452.381 (oito milhões, quatrocentos e cinqüenta e dois mil, trezentos e oitenta e

um) habitantes. Tem uma área de 148.920.538 (cento e quarenta e oito milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e trinta e oito) quilômetros quadrados. Sua densidade demográfica é de 56,76. Conta com 184 (cento e oitenta e quatro municípios).

Em relação a educação, segundo dados da SEDUC, o Estado do Ceará, em 2007, apresentava uma taxa de analfabetismo muito alta no país.

A taxa de analfabetismo, entre 10 e 15 anos, era uma das mais altas do país, ou seja 13,4% do total de crianças e adolescentes nessa faixa de idade. Acima de 15 anos, a mesma taxa subia para 26,54% de analfabetos funcionais, ou seja, de pessoas com mais de 15 anos enfrentando uma terrível dificuldade para redigir um simples bilhete, ocupando o 22º lugar no ranking (CEARÁ, 2007, p.8).

Além destes problemas, o Ceará também enfrenta o problema de distorção idade/ série no Ensino Fundamental por causa das altas taxas de reprovação, ficando com um percentual de 37,3%. problema que tem como conseqüência a evasão escolar.

Os dados acima citados se referem ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH concernente a educação. Estes resultados levaram o governo a repensar a educação do Estado, implementando políticas públicas que visem a melhoria da educação, inclusive o Programa Alfabetização na Idade certa – PAIC, como já mencionado. Sendo esta entendida como prioridade na sua gestão. O governo então realiza uma grande solenidade de relançamento do Programa, no ano de 2007, e nesta ocasião todos os prefeitos do estado assinam publicamente o pacto se comprometendo com o Programa aludido. Por causa da situação em que se encontrava o estado do Ceará, e para que o PAIC fosse efetivado com mais dedicação, o governo então pensa no Projeto Escola Nota Dez, oferecendo premiação para as cento e cinquenta escola com maior nota.

Conforme os resultados do SPAECE-Alfa apresentados no anexo A, em 2007 o Ceará estava em sua maior parte entre intermediário e alfabetização incompleta. Houve um pequeno avanço em 2008, anexo B, para intermediário e suficiente. Em 2009 houve um avanço considerável, apresentado no anexo C, de maneira que a alfabetização incompleta, o vermelho foi retirado da legenda. Em 2010, o sucesso foi

maior, anexo D, ficando o Estado cearense em sua maioria, entre suficiente e desejável.

A SEDUC ainda informa que houve um progresso em Fortaleza, apesar das greves porque em 2007 alcançou 114 pontos. Em 2008 atingiu 122,3, com 27 escolas Apoiadas. Destas apenas 14 conseguiram alcançar a nota desejada que é de no mínimo 5,0 para as Escolas Apoiadas. Em 2009 conseguiu 118,6 pontos com 52 escolas Apoiadas destas, somente 41 conseguiram elevar a nota para o objetivo desejado. Em 2010 conseguiu 131,7 pontos, com 42 escolas Apoiadas. Ainda não se definiu quantas escolas vão atingir a nota desejada para receber a segunda parcela de valores correspondente ao prêmio neste ano de 2011.

De acordo com o jornal O Povo de 16 de junho de 2010, dentre os municípios do Ceará, Fortaleza se apresenta como o quarto pior do estado, ocupando 181º nos 184 municípios. Em 2009 Fortaleza somava 118,5 pontos de proficiência média. Era a 171ª colocada. Em 2010 melhorou porque saiu do nível intermediário para o suficiente. Este diagnóstico foi percebido através do SPAECE-Alfa. Para os gestores, foi ponto positivo porque houve avanço. A secretária de Educação pediu um tratamento diferenciado na avaliação de Fortaleza, porque segundo ela, as greves dos professores têm prejudicado muito o desempenho dos alunos.

2.2 As delimitações do projeto Escolas Apoiadas e Escolas nota dez.

Em junho de 2009, o governador instituiu o prêmio escola Nota Dez através da Lei 14.371 de 19 de junho de 2009. Este prêmio contempla 150 escolas públicas municipais do interior e da capital do estado. Artigo 2º. A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 29.896 de 17 de setembro de 2009 e posteriormente complementada pela Lei 14.580 de 21 de dezembro de 2009. Pelos dispositivos apontados na legislação, as escolas aptas a participarem do prêmio devem atender aos seguintes requisitos:

- Ter no mínimo vinte alunos matriculados regularmente no 2º ano.
- Ter obtido nota 8,5 a 10 no Índice de Desempenho Escolar Alfabetização – (IDE-ALFA) do ano anterior.
- Oferecer apoio técnico-pedagógico pelo período de um ano, a uma das escolas que não obtiveram resultado desejado pelo IDE-ALFA.

As escolas Apoiadas também deverão ter pelo menos vinte alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental e ter sido avaliado 50% dos alunos no ano anterior pelo SPAECE-ALFA para receber o auxílio financeiro.

O valor do prêmio instituído para as escolas classificadas pelo SPAECE-ALFA corresponde a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por aluno do 2º ano, para as escolas Nota Dez, é de R\$ 1.252,00 (hum mil, duzentos e cinquenta reais) por aluno do 2º ano para as escolas Apoiadas. Ambos avaliados pelo SPAECE-ALFA. O prêmio será entregue em duas parcelas, sendo que a escola Nota Dez receberá 75% na primeira e o restante na segunda. A escola Apoiada receberá 50% em cada parcela.

Os recursos recebidos pelas escolas, em caráter de premiação, serão utilizados, exclusivamente, em ações que visem à melhoria das condições das escolas e dos resultados de aprendizagem dos seus alunos artigo 7º, Lei 14371/2009. Estes recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP.(CEARÁ, 2009).

As escolas premiadas têm a responsabilidade de elaborar um plano de aplicação financeira, sendo que os recursos deverão ser usados única e exclusivamente em ações que ofereçam melhores condições para a escola, tanto em instalações físicas, ampliação de acervos didático-pedagógicos quanto em relação aos aspectos da aprendizagem dos alunos. Cabe observar que a escola premiada receberá a segunda parcela mediante manutenção ou elevação dos bons resultados em alfabetização de seus próprios alunos, como também da elevação dos resultados da escola apoiada. A escola apoiada receberá a segunda parcela depois de prestar contas da primeira e ter atingido a nota mínima de 5,0. Ambas deverão abrir uma conta específica para o prêmio Escola Nota Dez. Ambas as escolas receberão o recurso através da Unidade Executora, isto é os conselhos escolares, que como órgão de natureza colegiada e representativo de todos os seguimentos da comunidade escolar, é responsável para administrar todos os recursos da escola. Caso o recurso não seja empregado logo, deverá ser aplicado em caderneta de poupança de uma instituição financeira oficial e o rendimento deverá ser usado com a mesma finalidade.

Para que a avaliação seja mais criteriosa, a Secretaria de Educação orienta as seguintes diretrizes em relação à prova do SPAECE-Alfa: Comunicar ao Sistema de Gestão Acadêmica – SGA, todos os alunos transferidos mediante declarações

das escolas em que os alunos já estão matriculados. Apresentar o laudo médico, caso haja alunos com necessidades especiais. Realizar campanhas de incentivo à frequência escolar, reuniões freqüentes para conscientização de que sem freqüência não há avanço na aprendizagem. Na semana que antecede a aplicação da prova tanto do SPAECE quanto do SPAECE-Alfa, a escola deve realizar junto aos alunos uma sensibilização e mobilização de forma a garantir a presença de todos porque a ausência do aluno será contabilizado zero. A prova será aplicada por pessoas de fora da escola, porém o professor ou professora da turma permanece na sala de aula.

3- ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ESCOLA NOTA DEZ EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA/CE INSERIDAS COMO ESCOLAS APOIADAS

Neste capítulo serão apresentadas as discussões e análises efetivadas a partir de entrevistas com gestoras de duas escolas públicas de Fortaleza/CE, inseridas no Projeto Escola Nota Dez na condição de Escolas Apoiadas, quando, na voz das interlocutoras desta investigação passa-se a perceber os delineamentos do referido projeto, as condições de sua implantação e expectativas da comunidade.

3.1 Pesquisa de Campo

A pesquisa, objeto de discussão deste trabalho monográfico, foi realizada em duas escolas Apoiadas no município de Fortaleza, Ceará, as quais serão identificadas como escola X e escola Y. As referidas escolas estão localizadas na periferia de Fortaleza, inseridas num contexto social de extrema pobreza e violência. A renda principal dos bairros onde as escolas estão localizadas, é proveniente do Programa Bolsa Família e da coleta de venda de materiais recicláveis.

Num primeiro momento optou-se por identificar o entendimento dos diretores e coordenadores sobre o Projeto em pauta, bem como os motivos que levaram as referidas escolas a serem inseridas na condição de Apoiadas. Perceber ainda as contribuições que o projeto e as Escolas Nota Dez proporcionaram às Escolas Apoiadas e a aplicação dos recursos financeiros destinados as mesmas. Neste sentido, aplicou-se um questionário aos diretores, vice-diretores e coordenadores das referidas escolas, com questões que propiciam a reflexão sobre sua prática em relação ao projeto Escolas Nota Dez/Escola Apoiada, apresentados nos quadros a seguir fazendo um paralelo sobre o olhar de cada profissional em relação ao projeto.

3.2 Percepção dos gestores sobre projeto Escolas nota Dez/ Escolas Apoiadas

Quadro 01 resposta referente a questão 01. Qual o seu entendimento sobre o Projeto Escola Nota Dez/Escola Apoiada? As gestoras das instituições pesquisadas manifestam que:

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
<p>Diretora X</p> <p>R – É um projeto que visa beneficiar as escolas com o IDEB insuficiente. É um incentivo para todos que estão envolvidos no processo. Os recursos trazem condições favoráveis para se adquirir materiais didáticos para o aluno, mobiliário para a escola, pequenas reformas para o prédio e prêmios para os profissionais envolvidos.</p>	<p>Diretora Y</p> <p>R: A escola nota dez veio para motivar as escolas que tiveram o IDEB baixo (de 1 a 4) a chegarem na média.</p>
<p>Coordenadora X</p> <p>R- O projeto vislumbra educação como um processo contínuo e caracteriza-se pela amplitude das ações pedagógicas, garantindo assim que todas as unidades escolares ofereçam as mesmas oportunidades de ensinar e aprender. Numa análise mais ampla esse projeto figura como um desafio, pois contribui para uma ação educativa que atenda as necessidades de escolas diferenciadas na realidade da qual se insere. Traz a responsabilidade de enfrentamento de questões do cotidiano escolar sem causar prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem e torna-se necessário parar para pensar sobre alternativas metodológicas possíveis para potencializar as vivências das escolas envolvidas no referido Projeto.</p>	<p>Vice-Diretora Y</p> <p>R: No meu entender, o Projeto foi criado como forma de criar parcerias entre escolas consideradas “nota dez” e aquelas com notas baixas, com o intuito de mostrar que nem sempre as melhores escolas possuem as melhores condições, além da troca de experiências.</p>

Quadro 01 resposta referente a questão 01. Qual o seu entendimento sobre o Projeto Escola nota Dez/Escola Apoiada?

Questionadas sobre os entendimentos do Projeto Escola nota Dez/Escola Apoiada todas as interlocutoras desta investigação estão em comum acordo em que o projeto propicia o ensino e a aprendizagem, visto que o mesmo oferece recursos pedagógicos e apoio técnico. Segundo a coordenadora da escola X, o projeto proporciona oportunidades de uma proposta pedagógica diferenciada que atenda as reais necessidades da escola. Mesmo sendo escolas de comunidades carentes, o projeto oferece recursos para suprir suas necessidades. Cabe aos gestores e docentes aceitarem o desafio de potencializar o ensino através de novas alternativas metodológicas.

A vice diretora da escola Y pontua a parceria que o projeto contempla entre as escolas e a troca de experiências, que é de suma importância uma vez que uma

escola pode aprender com a outra. Ela ainda comenta que nem sempre as melhores escolas são as que tem melhores condições.

Certamente, sendo as escolas de diferentes realidades, necessitam de tratamento diferenciado pois o rendimento na aprendizagem vai depender da situação de cada escola e como se dá a prática educativa em cada uma. A educação não se dá através de uma receita pronta, pois se trata de pessoas humanas com necessidades individuais. A troca de experiências é importante pois somos seres sociais e necessitamos da ajuda uns dos outros, para uma adaptação a cada realidade.

3.3 Condições de inserção da escola na categoria Apoiada

Em relação a questão 02: - Quais os motivos que levaram sua escola a ser inserida na condição de Escola Apoiada? as gestoras explicitam que:

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
<p>Diretora X R – Nota abaixo de 4,0 no IDEB. Ficou na condição de insuficiente.</p>	<p>Diretora Y - R – O motivo foi a nossa escola ter obtido nota 2,0 em 2009.</p>
<p>Coordenadora X R- Poderia enumerar vários motivos, porém considero dois fatores essenciais para que nossa escola venha de um histórico de baixo índice no IDEB, pré-requisito para que qualquer escola seja apoiada por outra escola considerada nota dez. São eles: A escola está inserida numa comunidade onde prevalece a violência, por isso a rotatividade de professores é muito grande; e outra razão é não podermos contar com o acompanhamento dos pais em relação a aprendizagem dos alunos.</p>	<p>Vice-Diretora Y Acredito que pouco envolvimento do “material humano”.</p>

Quadro 02, resposta referente a questão 02: Quais os motivos que levaram sua escola a ser inserida na condição de Escola Apoiada?

O olhar administrativo das diretoras se concentra no baixo IDEB, enquanto a coordenadora amplia sua visão para a parte pedagógica, e pontua a rotatividade dos professores a qual significa uma descontinuidade de um trabalho que pode ser muito prejudicial a aprendizagem. O professor chega à escola, faz um

diagnóstico de sua turma, com base neste diagnóstico faz um planejamento e logo depois é substituído por outro professor (a) que não conhece a turma. Para o aluno é um prejuízo, sem contar com a afetividade que também é afetada, quando o aluno se apega ao professor, ele vai embora e logo em seguida, o aluno passa por um período de adaptação afetiva. É muito complicado comparar duas escolas de realidades completamente diferentes, conceituando uma de nota dez, em detrimento da outra que na sua realidade não conseguiu obter a nota desejada.

A falta de participação dos pais citada pela coordenadora influencia na baixa aprendizagem. Libâneo (2003,p.81), defende a participação de todos os segmentos da escola para que haja sucesso no ensino e aprendizagem. No dizer do autor “a participação é um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centram na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 2003,p.81).

Esta participação deve incluir todos os que fazem a escola inclusive os pais. A coordenadora X sente a falta da participação dos pais e deixa transparecer isto em sua fala. Sem uma participação efetiva de todos os sujeitos educativos o processo de pensar a escola fica comprometido.

3.4 Articulações entre as Escolas Nota Dez e Escolas Apoiadas e as contribuições para melhoria da qualidade das ações educativas e da aprendizagem.

Na questão 03 as gestoras são convidadas a refletir sobre: -Como a articulação do Projeto Nota Dez/Escola Apoiada em sua escola contribuiu para a melhoria da qualidade das ações educativas e da aprendizagem? Em que sentido a Escola Nota Dez ligada a sua escola pode contribuir para a qualidade do ensino e das ações pedagógicas em execução? Diante das indagações, a síntese de suas falas pode ser verificada no quadro a seguir:

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
Diretora X R- Com as orientações da escola que nos apoiou, tivemos novas idéias para o trabalho; com a orientação da SEDUC pudemos descobrir o nosso potencial e dos nossos alunos e com a verba pudemos dar mais	Diretora Y -R- O governo de Estado e do município fizeram uma parceria para motivar as escolas que tinham notas baixas, conseqüentemente as crianças não estavam lendo, escrevendo e interpretando como

<p>conforto para os alunos e professores nos aspectos físicos e pedagógicos.</p>	<p>deveria na sua idade e série. Então convocaram as escolas do interior do Estado que estavam com notas dez, para fazer uma troca de conhecimento e experiências com as Escolas Apoiadas. E assim houve a troca a integração entre as escolas. A escola contribuiu muito com sua experiência e com o nosso trabalho.</p>
<p>Coordenadora X</p> <p>R – A escola nota dez não mede esforço para que todos os alunos aprendam. Nela as atividades são criativas e ajudam a pensar. Os professores são comprometidos e a escola possui regras disciplinares claras as quais são definidas em conjunto com toda a comunidade escolar e por isso se esforça para criar um ambiente favorável a aprendizagem. Apesar de todo um contraste de contextualização, a começar pelo número de sala do 2º ano que na escola nota dez é apenas uma e na nossa escola Apoiada são oito. Entendemos que as ações executadas pela escola devem perpetuar ao longo da vida dos alunos em vista disto foi possível observar níveis expressivos de alfabetização e letramento, fatores que asseguram o avanço e demonstram os bons resultados do projeto</p>	<p>Vice- diretora Y</p> <p>R- Conhecer um pouco da realidade da escola “nota 10” e constatar que apesar de todas as dificuldades que atravessam, isso não foi “desculpa” para deixar de executar o trabalho, e muito bem; foi muito importante para nos levar a uma reflexão de nossa própria prática pedagógica e quais eram as nossas falhas.</p>

Quadro 03: respostas referente a questão 03: Como a articulação do Projeto Nota Dez/Escola Apoiada em sua escola contribuiu para a melhoria da qualidade das ações educativas e da aprendizagem? Em que sentido a Escola Nota Dez ligada a sua escola pode contribuir para a qualidade do ensino e das ações pedagógicas em execução?

No olhar das diretoras, a contribuição das Escolas Nota Dez foi pertinente às duas Escolas Apoiadas. Todas reconheceram a importância da parceria entre as escolas. A coordenadora da escola X, observou a realidade da Escola Nota Dez, fazendo um paralelo com a sua escola na qualidade de Apoiada. A Escola Nota Dez, numa cidade pacata do interior, onde a comunidade tem uma vida tranqüila, muito pequena com apenas uma classe de 2º ano, professores comprometidos, com

regras disciplinares claras e a participação da comunidade escolar. Observou também que a criatividade de cada um é desenvolvida e a aprendizagem acontece. A Escola Apoiada por sua vez, está localizada na periferia de Fortaleza, local de muita violência e uso de drogas, com oito turmas de 2º ano, com professores que não permanecem o ano inteiro na escola, onde o medo afeta tanto professores como alunos,. Mesmo assim a troca de experiências foi válida, levando a Escola Apoiada a uma reflexão.

A vice- diretora da escola Y, por sua vez mesmo reconhecendo que as realidades são diferentes, mas a troca de experiência foi válida, porque sempre a integração com outras escolas é útil um bom desenvolvimento.

3.5 Recursos financeiros e didático-pedagógicos e o atendimento de demandas e necessidades escolares.

Na quarta questão a discussão volta-se à temática de estrutura de atendimento de demandas escolares, quando indagou-se: Os recursos financeiros e didático-pedagógicos recebidos por sua escola, caracterizada como Escola Apoiada, são suficientes para suprir as necessidades existentes? Quais as demandas ainda não supridas?

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
<p>Diretora-X</p> <p>O aspecto financeiro foi muito bom, conseguimos fazer algumas ações que pareciam um sonho impossível, como colocar ar condicionado nas salas de aulas, comprar um notebook para a escola e outros.</p>	<p>Diretora-Y</p> <p>R- São suficiente sim. Creio que não temos demanda porque a vontade da equipe já é suficiente. Aqui quando houve vontade aconteceu.</p>
<p>Coordenadora-X</p> <p>R R- Com os recursos financeiros foi possível solucionar um dos problemas mais graves de nossa escola que foi a acústica, que prejudica bastante a aprendizagem,</p> <p>Pois as salas do 2º ano foram climatizadas podendo portanto ficar isoladas. Quanto aos recursos didáticos –pedagógicos foram utilizados o material do PAIC, que possui excelente qualidade.</p>	<p>Vice-diretora-Y</p> <p>R- Os recursos financeiros apenas enriqueceram o nosso trabalho, o qual já conta com um excelente acervo didático-pedagógico</p>

Quadro 04: respostas referente à questão 04: Os recursos financeiros e didático-pedagógicos recebidos por sua escola, caracterizada como Escola Apoiada, são suficientes para suprir as necessidades existentes? Quais as demandas ainda não supridas?

Os recursos pedagógicos são imprescindíveis para propiciar uma aula prazerosa. Na fala da diretora da escola X, o que era de direito das crianças para o bom funcionamento da escola, “parecia um sonho impossível” que veio ser realizado através do projeto. Segundo Cagliari (1992, p.12) a escola pública é pobre em vários aspectos:

A escola pública, sobretudo de 1º grau, não é pobre apenas na fachada; também o é em seu funcionamento, por vezes indigente. Vendo o trabalho de muitas professoras por este Brasil, constatamos que em muitos casos elas não dispõem do material para realizar seu trabalho (CAGLIARE, 1992,p.12).

A escola Y como a vice-diretora refere, já estava bem equipada com material pedagógico e que os recursos do Projeto veio apenas complementar. Como a coordenadora da escola X menciona, o material do PAIC que é exclusivamente para as séries iniciais, ajudou bastante. O projeto Escola Nota Dez veio para servir de motivação ao Programa de Alfabetização na Idade certa que é o PAIC.

3.6 Projeto Escola Nota Dez e meritocracia no ambiente escolar: O que pensam os gestores?

Ao serem indagados acerca da temática de meritocracia, proposta no projeto em análise, os gestores tiveram a oportunidade de expressar seus entendimentos sobre as questões: Qual sua percepção sobre a política estabelecida no Projeto Escola Nota Dez, de premiar com abono de remuneração, os professores que apresentem os melhores resultados na alfabetização? Este mecanismo de premiação pode influenciar os professores da Escola Apoiada, no sentido de buscarem a elevação dos índices de alfabetização de seus alunos?

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
<p>Diretora X</p> <p>R – É uma ação extremamente favorável, pois os professores ficaram muito estimulados e buscaram dar o máximo de seu trabalho. Eu acho que deveria aumentar o número de beneficiados</p>	<p>Diretora Y</p> <p>R- R – Acho ótimo. Quem não precisa de motivação? Com certeza influencia para melhor.</p>
<p>Coordenadora X</p> <p>R- Para o profissional comprometido com a educação sabemos que a premiação não vai fazer muita diferença, pois com ou sem abono a melhor gratificação é saber que contribuiu para o crescimento de alguém. Por outro lado, no mundo capitalista em que vivemos, não deixa de ser uma coisa boa o sentido de bonificação, pois é um reconhecimento do esforço e do bom trabalho executado pelo professor.</p>	<p>Vice-Diretora Y</p> <p>R – R-Certamente a premiação funciona como um estímulo a mais em busca do resultado.</p>

Quadro 05: respostas referente a questão 05: Qual sua percepção sobre a política estabelecida no Projeto Escola Nota Dez, de premiar com abono de remuneração, os professores que apresentem os melhores resultados na alfabetização? Este mecanismo de premiação pode influenciar os professores da Escola Apoiada, no sentido de buscarem a elevação dos índices de alfabetização de seus alunos?

O reconhecimento do trabalho do professor é muito importante. Todas concordam que a bonificação para os profissionais da educação foi positivo, uma vez que os professores já tem uma baixa remuneração, este Projeto veio para incentivá-los a serem mais otimistas no seu trabalho. A proposta neoliberal prevê entre outras coisas a meritocracia como forma de premiar professores e escolas, estimulando a competitividade. O ideal seria dotar todas as escolas de recursos e condições financeiras, didáticas, pedagógicas e estruturais para que a educação pública fosse de qualidade. Porém, os governos, aderindo a proposta neoliberal, buscam estimular a competitividade, premiando os melhores, estimulando avaliações comparativas entre realidades diferentes, provocando uma corrida a busca de recursos por parte das escolas e professores.

Segundo Itamar Melo do Portal Zero Hora, de 29 de maio de 2010, a meritocracia é uma prática que tem sido discutida nos Estados Unidos, mas que no

Brasil já conta com muitos adeptos e opositores. As autoridades, educadores e líderes empresariais defendem a idéia de premiar as pessoas que mostrarem maior desempenho no seu trabalho. No caso da educação encontra oposição nos Sindicatos. E por parte dos professores mais críticos e reflexivos. Conforme a coordenadora, um professor comprometido já faz um bom trabalho independente da premiação. Porém, se boas condições de trabalho não resta dúvida de que o trabalho alcançará maior sucesso.

3.7 Articulação entre o Projeto Escola Nota Dez e outros projetos

Ao serem indagadas sobre as questões: A Escola Apoiada onde você atua é assistida por outros programas governamentais? Quais são estes programas? Os programas possuem articulação com o Projeto Escola Nota Dez ou são programas executados paralelamente a este Projeto? As educadoras que compõem esta pesquisa manifestam que:

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
<p>Diretora X R – Temos o Programa Mais Educação, que trabalhamos paralelamente ao Escola nota Dez/ Escola Apoiada.</p>	<p>Diretora Y R – Sim. O Programa Mais Educação e o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia e Pesquisa e Ação-GEEMPA que tem como objetivo melhorar o aprendizado das crianças.</p>
<p>Coordenadora X R – A escola possui o Programa Mais Educação, destinado a alunos com déficit de aprendizagem e com distorção idade série. Este Programa é executado paralelamente.</p>	<p>Vice-Diretora Y R-Sim. O Programa Mais Educação e Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação-GEEMPA.</p>

Quadro 06: respostas referente à questão 06: A Escola Apoiada onde você atua é assistida por outros programas governamentais? Quais são estes programas? Os programas possuem articulação com o Projeto Escola Nota Dez ou são programas executados paralelamente a este Projeto?

As duas escolas pesquisadas são contempladas pelo Programa Mais Educação, que é uma proposta do governo de educação integral e com formação integral. Os alunos freqüentam a escola no contra turno para o desenvolvimento de outras habilidades, tais com jogos, música, arte e outros, além de letramento e Matemática. A educação integral supera a fragmentação do currículo escolar e

contribui para uma formação plena do aluno pois inclui práticas , habilidades, costumes e crenças que são de grande valor na sociedade.

A escola Y é contemplada com o Grupo de Estudos sobre Educação Metodologia Pesquisa e Ação -GEEMPA que chegou em Fortaleza através do Programa de Correção de Fluxo Escolar do Ministério de Educação e Cultura-MEC.É uma proposta pós construtivista que tem como objetivo a reintegração de alunos com os níveis de aprendizagem correspondentes ao sistema escolar. Os alunos freqüentam as aulas no contra turno no período de três meses, com três aulas semanais. As aulas são ministradas por professores da própria escola que fazem um treinamento na metodologia do GEEMPA durante cinco dias e em encontros de formação continuada. O município de Fortaleza só adotou esta metodologia em 2010 e nem todas escolas ainda foram contempladas.A proposta em sua origem é para contemplar o 2º, 3º,e 4º anos do ensino fundamental porém no município de Fortaleza, contempla a partir do 3º ano, visto que o 1º e o 2º ano já está assistido pelo PAIC. Na escola Y são duas turmas de 3º e 4º ano, no contra turno, ministrado por duas professoras da própria escola treinadas através da SME, na metodologia do GEEMPA.

3.8. Avaliação do SPAECE e da Prova Brasil: quais as contribuições para a melhoria da qualidade do ensino das escolas públicas?

Através da questão 07, as gestoras são convidadas a se manifestar sobre o processo de avaliação a que as escolas são submetidas. O quadro 07 é demonstrativo da análise das seguintes indagações: Como você vê a avaliação do SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) e da Prova Brasil? Em sua concepção estes instrumentos de avaliação realmente contribuem para explicitar a real situação da escola e podem favorecer a melhoria do ensino ministrado em sua escola e conseqüentemente os dados revelados pelo IDEB?

Escola Apoiada X	Escola Apoiada Y
<p>Diretora X R – É uma avaliação favorável, porque mostra a cara da escola e por esse motivo pode ajudar a aumentar os esforços de todos para melhoria da</p>	<p>Diretora Y R-Não porque eles avaliam pela quantidade de alunos que foram enviados para o censo</p>

educação no Brasil.	
<p>Coordenadora X</p> <p>R – As avaliações externas não demonstram a real situação da escola, pois no momento da avaliação que só ocorre em apenas um dia do ano, vários fatores podem influenciar nas respostas dos alunos tais como: nervosismos, doenças, problemas familiares, etc. Fica muito difícil um ano inteiro de trabalho do professor e a aprendizagem do aluno, só ser levada em consideração apenas por uma prova objetiva aplicada muitas vezes por professores sem nenhum preparo, quando sabemos que há todo um contexto por trás do processo ensino-aprendizagem.</p>	<p>Vice-Diretora Y</p> <p>R- Não acredito que uma avaliação que é elaborada sem respeitar as muitas especificidades que existem na educação do nosso país sirva como parâmetro de medição de índice de aprendizagem que seja fidedigno a realidade.</p>

Quadro 07: respostas referente à questão 07: Como você vê a avaliação do SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) e da Prova Brasil? Em sua concepção estes instrumentos de avaliação realmente contribuem para explicitar a real situação da escola e podem favorecer a melhoria do ensino ministrado em sua escola e conseqüentemente os dados revelados pelo IDEB?

Há uma divergência entre as diretoras e coordenadoras sobre a eficácia da avaliação do SPAECE. As que estão mais envolvidas com a parte pedagógica, que são a coordenadora e a vice-diretora, entendem que não se pode avaliar uma única vez no ano a realidade de uma escola, porque a avaliação é um processo contínuo. No entendimento de Smole, 1999, a avaliação é uma tarefa muito complexa pois:

exige do professor e da escola a lembrança de que têm em mãos um ser humano em formação, com seus sonhos e desejos que necessitam ser transformados em projetos pessoais que possam ser realizados (www.salesianos.com.br).

Na avaliação do SPAECE-Alfa, não tem como ver os alunos desta maneira pois se trata de uma única prova num só dia. Mere Abramowicz em entrevista com a revista Nova Escola, define avaliação como um processo dialógico:

Eu vejo a avaliação como um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais crítico, mais criativo, mais autônomo, mais participativo. Acredito numa avaliação que leve a uma ação transformadora e também com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização (NOVA ESCOLA, Novembro de 2001, p.25)

Uma avaliação num único dia no ano não pode ser dialógica que leve a uma ação transformadora. Não pode realmente preencher todos os requisitos de uma avaliação formativa, que proponha um redimensionamento, olhando do ponto de vista da escola.

Entretanto, no ponto de vista da SEDUC, esta avaliação tem um caráter formativo porque a escola toda foi acompanhada e apoiada pelos técnicos da SME, pela equipe da Escola Nota dez, e os professores foram treinados sobre como usar o material do PAIC. Torna-se então necessário uma avaliação pelo poder público para que possa melhorar as políticas públicas voltadas para a escola. Além da avaliação do SPAECE uma única vez no ano, os professores estão seguindo o Programa Alfabetização na Idade Certa, com todo o material e apoio e avaliando os alunos periodicamente. Os aplicadores das provas do SPAECE são professores que passam por um treinamento antes. Podem ser técnicos da Secretaria de Educação também.

3.9 Olhar investigativo sobre as escolas objeto da pesquisa: breves percepções da pesquisadora

Durante a visita foi constatado que o apoio dado pela escola nota dez, como também o empenho da equipe pedagógica de ambas as escolas, gerou bons resultados. Constatou-se também a eficácia parcial do projeto, porque através da avaliação do SPAECE-Alfa fez-se um diagnóstico das reais necessidades das escolas. Constatou-se ainda que toda equipe pedagógica programou-se para um redimensionamento em suas práticas pedagógicas, recebendo apoio técnico e financeiro da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Entende-se também que quando há vontade política do governo em traçar metas e apoiar as escolas técnica e financeiramente, propiciando que a escola consegue exercer sua função social, que é de formar cidadãos. Os sujeitos que fazem a escola foram motivados pelo apoio recebido, tanto da secretaria de Educação, como da escola premiada como Escola Nota Dez, que, ao trazer suas experiências exitosas, contribuiu para que as Escolas Apoiadas pudessem repensar suas práticas e assim buscar uma melhoria significativa do seu fazer educativo.

Esta é apenas uma pequena amostra de que uma escola bem apoiada técnica e financeiramente, bem equipada pedagogicamente, com professores bem

remunerados, se esta realidade fosse natural em todas as escolas, a realidade de nossa educação seria outra.

Vejamos na prática o que cada escola fez para melhorar seu rendimento escolar. A Escola Apoiada X, é uma escola que atende crianças da Educação Infantil ao 5º ano e conta com 915 alunos, e que na avaliação de 2009 alcançou nota 3,0. Reuniu com o Conselho escolar e traçou o seu plano de aplicação financeira contemplando uma reforma nas salas de aulas, de forma que melhorasse a acústica porque esse era um dos problemas que atrapalhava a audição dos alunos e professores. Esta reforma incluiu uma climatização nas salas do 2º ano porque o recurso só contempla esta série, de maneira que os alunos e docentes puderam se sentir mais a vontade para o desenvolvimento pleno e adquiriu material pedagógico que favorecesse o ensino e aprendizagem.

Quando a criança se sente confortável numa sala de aula sem dúvida o rendimento na aprendizagem será maior. O plano de aplicação dos recursos contemplou ainda cursos de aperfeiçoamento para docentes. Depois professores, coordenadores e grupo gestor fizeram uma visita à escola nota dez, que lhe oferecia apoio, para observar a metodologia utilizada na escola. Durante a visita a escola observou as classes, fez entrevistas com o grupo gestor, assistiu algumas programações e percebeu que, apesar de pertencer a outro município e a dinâmica de lá ser diferente, ela poderia utilizar muitas práticas pedagógicas realizadas na escola nota dez. Então a escola premiada retribuiu a visita à escola Apoiada e aplicou uma avaliação aos alunos da mesma para verificar o nível em que se encontravam. Em seguida, reuniu com todos os gestores, coordenadores pedagógicos e docentes para apresentar o diagnóstico detectado na avaliação e orientar sobre os procedimentos metodológicos para alcançar sucesso na aprendizagem e nas avaliações. Dentre os procedimentos, houve a aplicação de uma prova denominada “Simulação” com a mesma metodologia das provas do SPAECE-Alfa, a fim de que as crianças não estranhassem muito no dia da prova. Com a troca de experiências entre as duas escolas e o empenho da equipe pedagógica, o apoio dos técnicos da SME, esta escola participou da avaliação do SPAECE-Alfa em 2010 e elevou a nota para 7,0.

Convém ressaltar que todo este empenho foi focado no segundo ano do ensino fundamental. A escola sorteou uma bicicleta entre os alunos que estivessem presentes no dia da avaliação, visto que a ausência de qualquer aluno neste dia é computado zero. Como a avaliação é feita apenas no 2º ano, observou-se que no 3º, 4º e 5º anos ainda existem alunos que não dominam a leitura e escrita. O Programa mostra-se eficiente, quando aplicado ao 2º ano e deveria ser ampliado para todo o ensino fundamental, para que a erradicação do analfabetismo se efetivasse em tempo mais breve.

A Escola Y procedeu da mesma maneira em relação as visitas que fizeram uma a outra. Com o recurso adquiriu brinquedos, jogos, ampliou o acervo da biblioteca, fez reformas nas salas de aulas contemplando apenas o 2º ano. Fez reunião com os pais para explicar a importância da prova e da frequência. Fez treinamento com os professores e motivou os alunos a frequência com assiduidade, cumprindo com as diretrizes da SME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se também que este Projeto “ESCOLA NOTA DEZ” apresenta resultados parciais satisfatórios pois através da avaliação do SPAEC-Alfa fez-se um diagnóstico das reais necessidades das escolas. Ainda, observou-se que toda equipe pedagógica programou-se para um redimensionamento em suas práticas pedagógicas, recebendo apoio técnico e financeiro da secretaria de Educação do Estado do Ceará. Porém, observa-se que ainda existem alunos nas séries finais do Ensino Fundamental que não tem o domínio da leitura e escrita. Todo este projeto foi voltado para o 2º ano e percebe-se que as escolas voltaram toda a sua atenção para esta série. Isto significa que para erradicar o analfabetismo em tempo hábil, seria necessário ampliar o Programa para todas as séries do Ensino fundamental ou elaborar outro semelhante. Caso contrário, a erradicação do analfabetismo será a longo prazo. Os alunos dos 3º, 4º e 5º ano que não sabem ler, passam para as séries seguintes, até chegarem ao Ensino Médio sem o domínio da leitura e da escrita, ampliando os índices do analfabetismo funcional.

As escolas que estavam com baixo desempenho, quando passaram a ser Escolas Apoiadas, conseguiram alcançar a meta desejada. A escola X estava com nota 3,0 e passou para 7,0. A escola Y estava com nota 2,0 e passou para 6,0. Enquanto a nota mínima estabelecida pelo projeto era 5,0. As duas foram além. Conclui-se então que quando a escola recebe o mínimo de apoio técnico e financeiro consegue alcançar seus objetivos. Isto mostra que o fracasso na educação é também falta de apoio e incentivo financeiro. O projeto Escola nota Dez ofereceu às escolas incentivo em todas as áreas inclusive financeiro para os docentes.

Até 20% (vinte por cento) do valor total para bonificar os professores do 2º ano do ensino fundamental; profissionais do núcleo gestor e demais profissionais lotados na escola, no ano de referência da premiação. Observação: para aplicação dos recursos financeiros, nesta ação, a escola deverá: listar o nome dos profissionais contemplados com a bonificação, informar os documentos de identificação (CPF e RG) e justificar, individualmente, o benefício (Anexo 6 – Planilha de Bonificação dos Profissionais da Escola (CEARÁ,2009,p.8).

As escolas Apoiadas foram acompanhadas pelas escolas premiadas e por técnicos da SME. O sucesso do projeto Escola nota Dez, mostra que ainda há muita coisa a fazer.

Este ano de 2011, desde o início das aulas 27 de abril, até o mês de junho 90% dos alunos da rede municipal de ensino de Fortaleza, não tiveram um dia de aula por motivo de greve dos docentes. Os professores estão reivindicando, com razão, o piso salarial básico. Entretanto, dada a realidade da falta das aulas, fica a questão: Como será o desempenho destes alunos nas próximas avaliações?

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Mere **Avaliação** In: revista Nova Escola novembro de 2001.
- ANDRADE, Maria Amalia Simonetti Gomes de. **Proposta Didática para Alfabetizar Letrando**. Ceará Secretaria de Educação. Fortaleza: Seduc, 2009
- BRASIL. Projeto de Lei do Poder executivo, nº 8.035, de 2010. Trata do novo Plano Nacional de Educação. Brasília, Planalto, 2010
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1ª edição-1988
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**: Ed. Scipione 4ª edição
- Conferência Nacional de Educação - CONAE Disponível no site: conae.mec.gov.br. Acesso em 21 de abril de 2011 às 09h.
- DOURADO, Luiz Fernando. Plano nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. In: _____ (org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora, UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório**. Ed. Cortez, São Paulo, 11ª edição, 2000.
- GREMAUD, Amaury Patric. **Guia de Estudo: Avaliação Continuada Ceará...** (et al.). Juiz de Fora: FADEPE, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e **Gestão da Escola Teoria e Prática**. Ed. Alternativa 4ª edição, 2003.
- LOPESEdiane Carolina Marques. **As influências do Modelo Neoliberal na Educação** disponível em:
portal.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/.../edi5_artigoediane_lopes.pdf. Acesso em julho
- CEARÁ. Manual Escola Nota Dez disponível em:
www.crede9.seduc.ce.gov.br/index.php/.../escola_nota_10_10_10. Acesso em julho 2011
- NAJAR, Jorge; FERREIRA, Sueli Camargo **Gestão e Cotidiano da Escola Pública: Cinco Questões Atuais**. Disponível em:
http://independent.academia.edu/JorgeNajar/Papers/225090/GESTAO_E_COTIDIANO_DA_ESCOLA_PUBLICA_CINCO_QUESTOES_ATUAIS. Acesso em julho/2011
- UNESCO. O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos. Disponível em:
WWW.oei.es/quipo/marco_dakar_português.pdf. Acesso em julho de 2011

OLIVEIRA, Oséias Santos de, ZIENTARSKI, Clarice; DRABACH, Neila Pedrotti PEREIRA, Sueli Menezes. Perspectivas na consolidação do sistema de ensino brasileiro: o desenho de democratização proposto nas leis de diretrizes e bases - Leis 4.024/61 e 9.394/96. In: *Jornal de Políticas Educacionais*, N°7, jan/jun 2010, PP. 41-52.

OLIVEIRA, Oséias Santos de; DRABACH, Neila Pedrotti. **Reforma no Estado e implicações para a Gestão Educacional**. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n°96, maio 2009.

Disponível em: <http://WWW.espaçoacademico.com.br/096/96oliveira.pdf>. Acesso em 26 jul. 2011.

PARO Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. Ed. Cortêz 8ª edição, 1999.

UNESCO, Relatório de Monitoramento de Educação para todos. 2008. Organização das nações Unidas para a Educação e cultura (UNESCO). Disponível no site: unesdoc.unesco.org/images/0015001595/15294por.pdf. Acesso em 23 de abril de 2011. Às 22h.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. Monitoramento e avaliação do Plano nacional de Educação. In: DOURADO, Luiz Fernandes Dourado (org). *Plano nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

6. ANEXOS

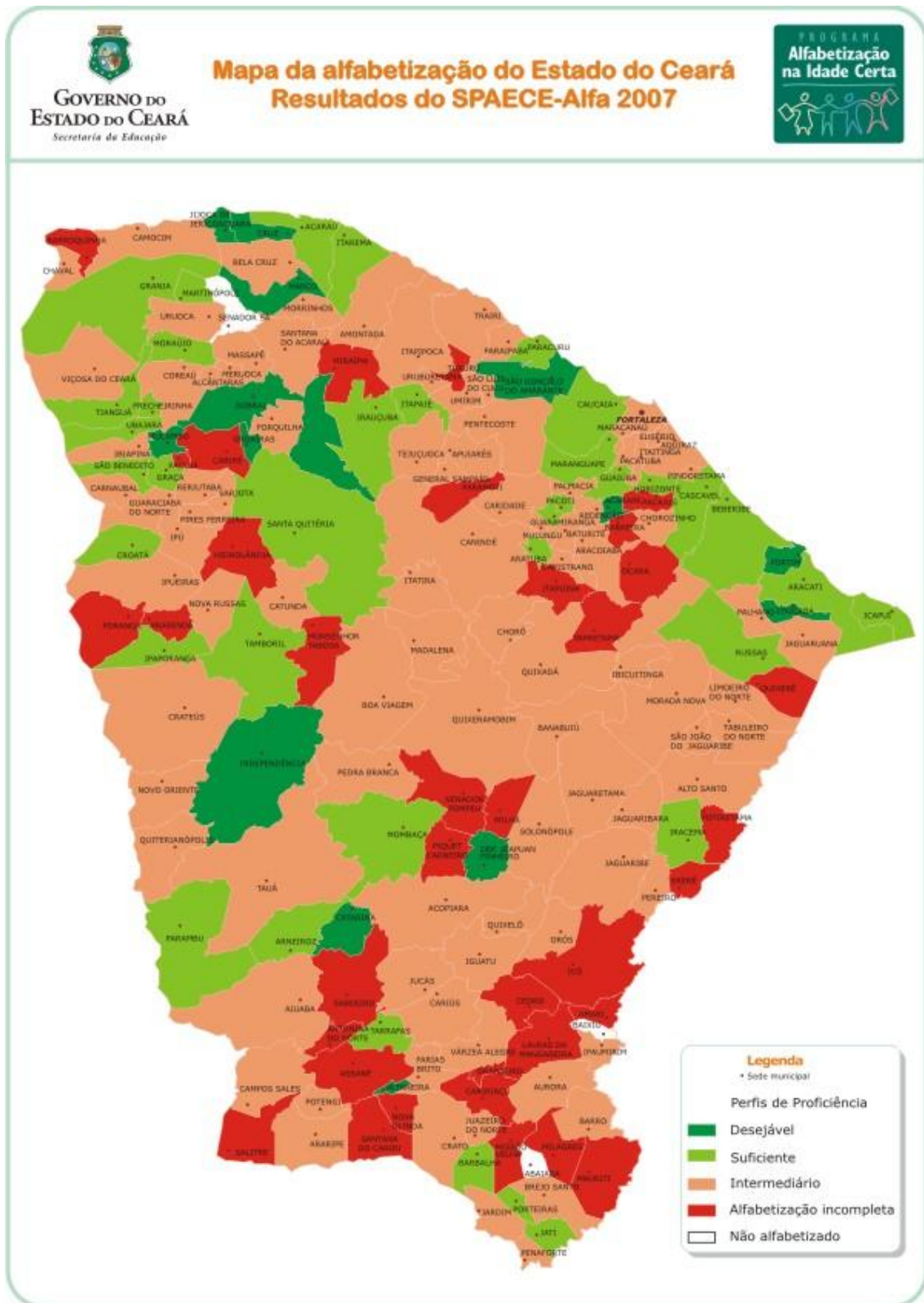


Figura A

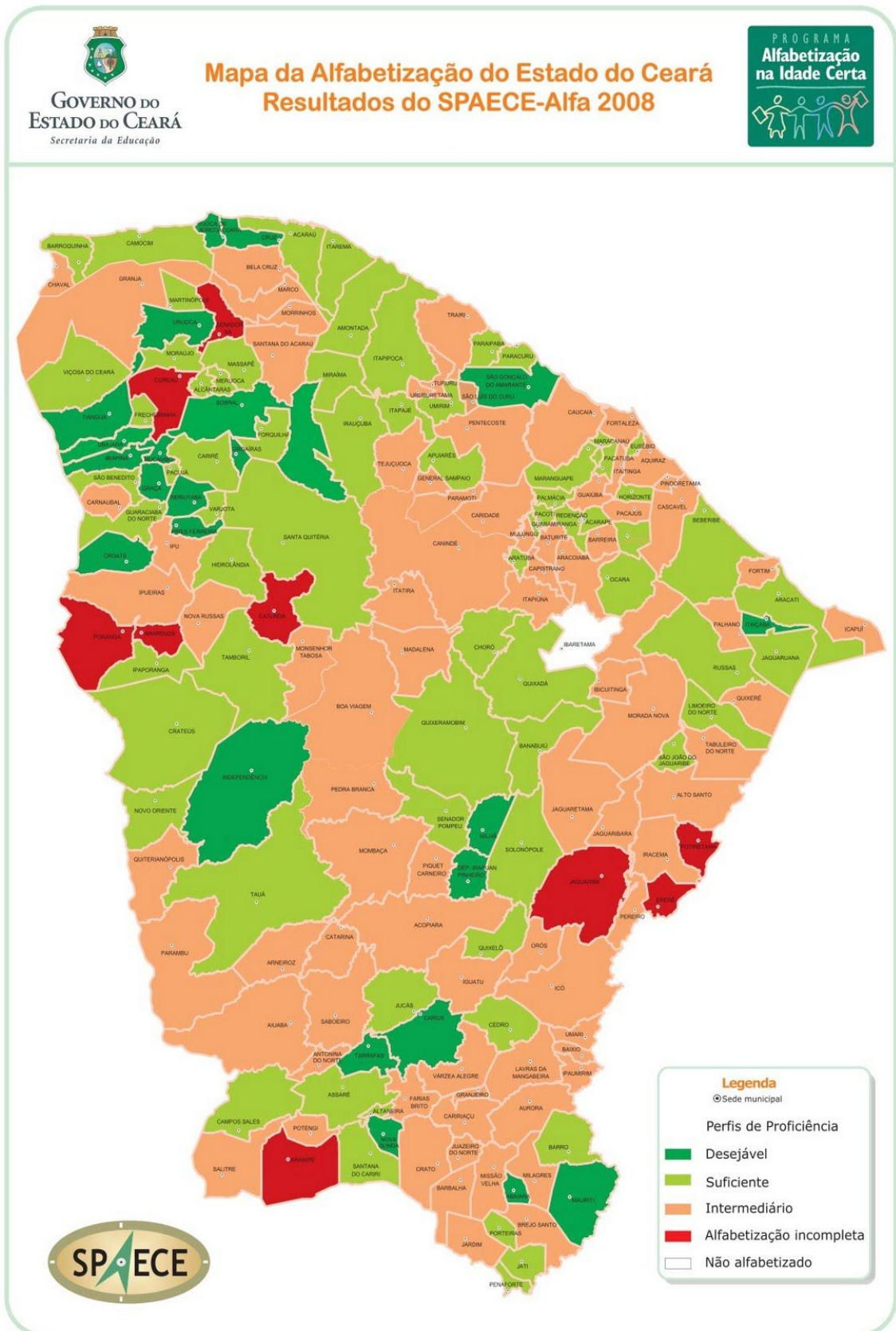


Figura B

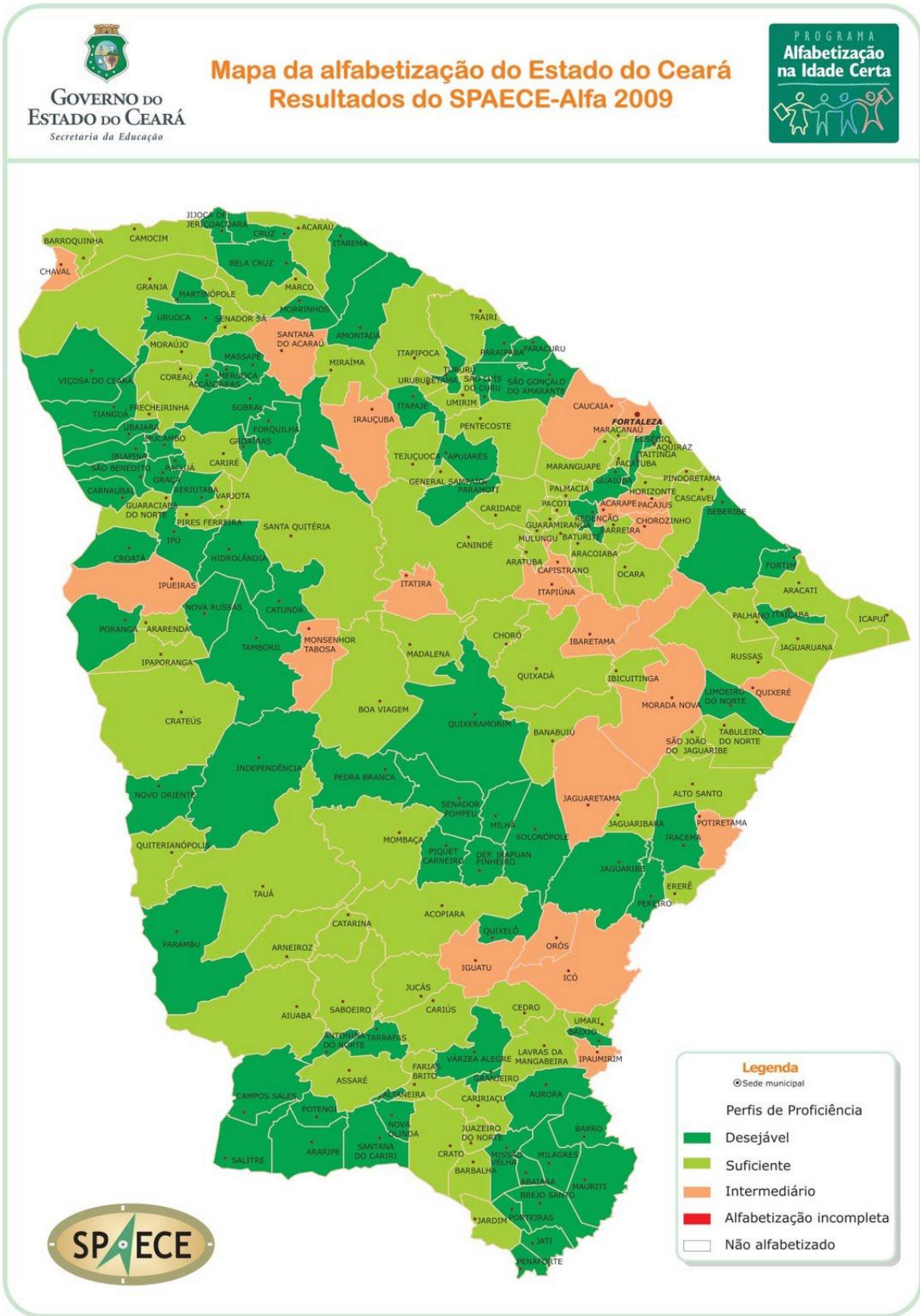


Figura C

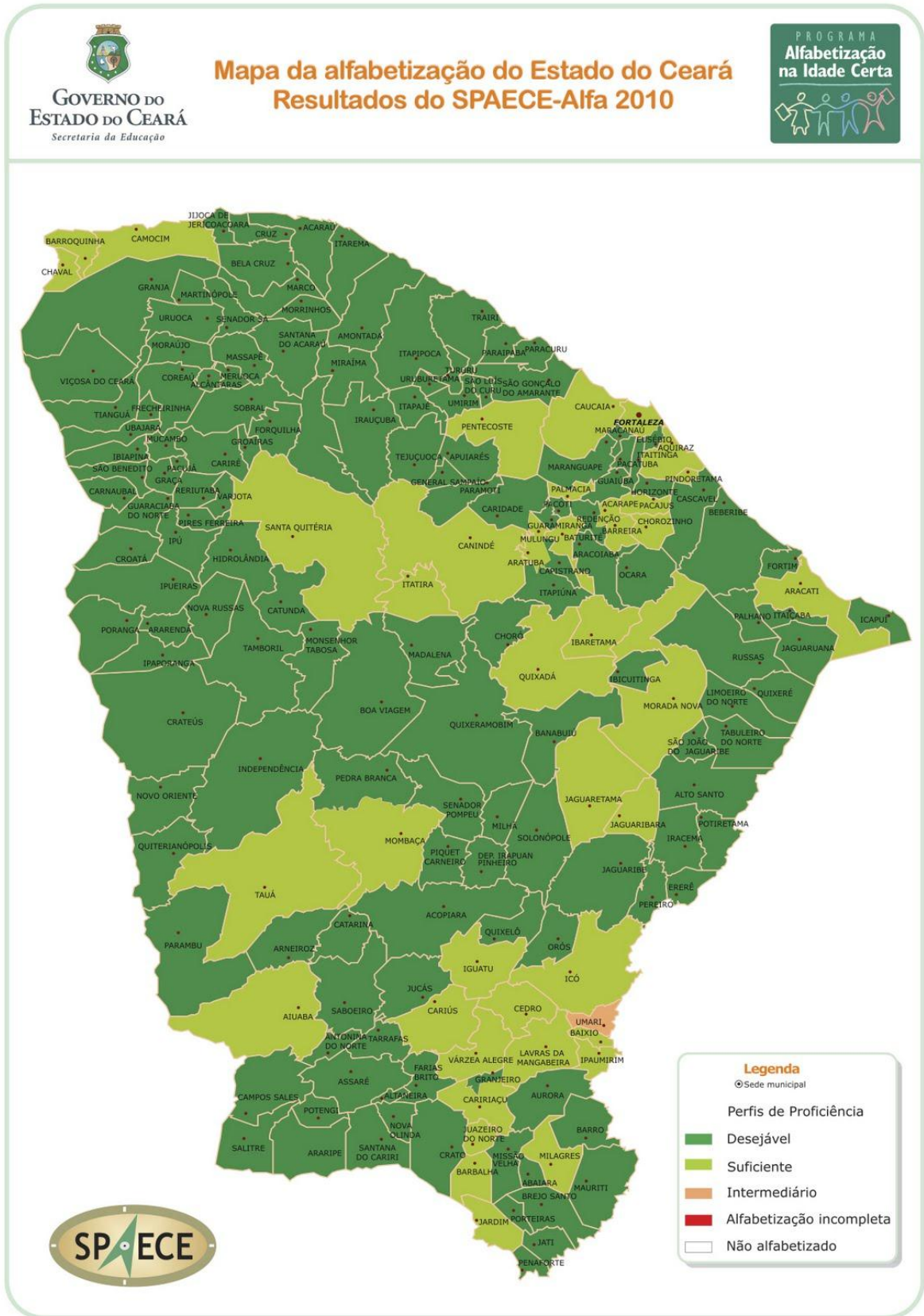


Figura D